

**CÂMARA TÉCNICA DE ANÁLISE DE PROJETO - CTAP
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 81ª REUNIÃO**

Data: 17 de novembro de 2017.

Local: SRHU/MMA, Brasília/DF.

REPRESENTANTES:

1. Ministério do Planejamento, Gestão (MPOG): Sarita de Paula Pereira Cavalcante (sarita.cavalcante@planejamento.gov.br)
2. Ministério dos Transportes (MT): ausente
3. Ministério do Meio Ambiente - MMA/SRHU: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
4. Ministério do Meio Ambiente - MMA/ANA: Alan Vaz Lopes (vazlopes@ana.gov.br)
5. Ministério das Minas e Energia - MME: Cassio Giuliani Carvalho (cassio.carvalho@mme.gov.br)
6. CERH RS/SC: ausente
7. CERH DF/PR: Enéas Souza Machado (eneasmachado@aguasparana.pr.gov.br)
8. Irrigantes: José Carlos Pires (josecarlospires@gmail.com)
9. Prestadoras de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (AESBE/CASAN): ausente
10. Indústria: Ausente
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: Wagner Pernias Lopes (wagner.lopes@aes.com)
12. Pescadores e Usuários da Água para Lazer e Turismo (CTRQ): Ausente
13. Comitês de Bacias Hidrográficas (DAEE-SP): Renato Crivelenti (renato.crivelenti@yahoo.com.br)
14. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa (ABRH): Adilson Pinheiro (pinheiro@furb.br)
15. Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa (UFF): Anna Virgínia Muniz Machado (annav.machado@gmail.com)
16. Organizações Não-Governamentais (Fonasc - CBH): João Clímaco (fonascdbh@yahoo.com.br)
17. Organizações Não-Governamentais (Fonasc - CBH): Cristiandrea Ciciliato (corremangue@yahoo.com.br)

DEMAIS PRESENTES:

1. Rogério Menescal (ANA) – regerio.menescal@ana.gov.br
2. Maria de Fátima Araújo Paiva (SRHQ/MMA) – maria.fatima@mma.gov.br
3. Adilson Pinheiro(ABRH) – pinheiro@furb.br
4. Lucia Maria Praciano Minervino (MME) – lucia.minervino@mme.gov.br
5. Demetrios Christofidis (SRHQ/MMA) – dchristofidis@gmail.com
6. Julia Reidrich Sogos (FMASE/Abiapi) – julia@abiapi.com.br
7. Sergio Ayrimoraes (ANA) – ssoares@ana.gov.br
8. Antônio Carlos Garcia (AES Tietê) – antoniocarlos.garcia@aes.com
9. Fernanda Laus de Aquino (ANA) – fernanda.aquino@ana.gov.br
10. Joaquim Gondim (ANA) – joaquim@ana.gov.br

RELATORIA: Liliana Pimentel (SRHQ/MMA) – liliana.pimentel@mma.gov.br

ASSUNTOS DISCUTIDOS: no dia 17 de novembro de 2017, a Câmara Técnica de Análise de Projetos (CTAP) do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) realizou sua 81ª reunião, em Brasília/DF, convocada com 20 dias de antecedência pela Secretaria Executiva do CNRH, tendo como relatora a Sra. Liliana Pimentel (SRHQ/MMA). Item 1 – Abertura e Informes Gerais: O Sr. Julio Kettelhut (MMA), presidente da CTAP, iniciou a reunião com informes sobre o prêmio King . Item 2 – Aprovação da Ata da 80ª reunião da CTAP: Foi informado que não foram recebidas contribuições à minuta da ata da 80ª Reunião, que foi então aprovada por unanimidade. Item 3 – "Segurança hídrica e planejamento de recursos hídricos no Brasil" – Sérgio Ayrimoraes (ANA): O Sr. Julio Kettelhut (MMA) relembra que a CTAP vem tratando diversos temas importantes para avaliar a possibilidade de atuação da câmara técnica, sendo um deles a segurança hídrica que vem ganhando maior visibilidade nos últimos anos e outro a segurança de barragens que já é alvo de um grupo de trabalho específico. Relembrando que a primeira palestra dessa série foi feita pelo Prof. Dr. Carlos Hiroo Saito, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, passou a palavra ao Dr. Sérgio Ayrimoraes, Superintendente de Planejamento da Agência Nacional de Águas (ANA), que apresentou uma série de estudos que estão sendo realizados pela ANA que busca formar o conjunto de conceitos e reunir as iniciativas que possam aprimorar o trato desse tema no âmbito do governo. O Dr. Sérgio destacou algumas vertentes importantes, a garantia da quantidade da oferta e a garantia da qualidade, a água como vetor de desenvolvimento e a questão do controle dos eventos críticos como as secas e inundações. Tomando como exemplo o abastecimento urbano e o tratamento de esgotos ele resumiu dois estudos mais recentes elaborados em parceria com as prestadoras de serviço estaduais, apresentadas pelo Atlas de Abastecimento de Água, construído desde 2006 e lançado até 2011. Fazendo as suas ponderações sobre o tema ressalta que o Atlas dos Esgotos, lançado mais recentemente, em 2017, veio complementar esse conjunto de informações, permitindo ainda que fosse possível fazer os cruzamentos dessas informações com as ações de despoluição e recuperação nas bacias. O palestrante apresentou por meio de elementos visuais o panorama geral da situação de abastecimento cujo levantamento foi realizado cidade a cidade, o que permitiu algumas análises feitas à época, o que permitiu, inclusive, a indicação de alternativas para alguns municípios importantes. Os dados à época mostravam que 26% dos municípios brasileiros estão em situação confortável quanto ao seu abastecimento, mesmo considerado o cenário futuro, 40% exigiam atenção na busca por novos mananciais ou melhorias no sistema atual e que o restante, representando 1/3 da população está em situação que requer alto grau de atenção, considerado o horizonte de 2015 para poder lidar com o desequilíbrio do balanço hídrico em curto prazo. O Dr. Sérgio (ANA) ressalta também que os pontos apresentados como críticos em 2011 estão hoje atravessando situações de escassez hídrica e crises que se refletem no abastecimento de importantes regiões como a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e outras RMs, também o Distrito Federal e outras historicamente afetadas por cenários de escassez como o semiárido nordestino. O palestrante esclarece então que a parceria e o trabalho conjunto com o Ministério das Cidades (MnCidades) permitiu, por meio do resgate das informações e recomendações do Plansab, e dados do SNIS. A apresentação também trouxe uma análise desse tema desenvolvida para a região de abrangência do PISF no contexto da apresentação e mencionou que não foi inclusa a previsão do Projeto de transposição do Tocantins para o São Francisco. E mostrou que ainda a Etapa 1 dessa análise e atividade de planejamento, desenvolvida para o PIF, permite afirmar que é possível realizar o planejamento para regiões específicas, mas que ainda há quatro estágios diferentes de planejamento no país e que é preciso compreender melhor essas realidades para melhorar a eficiência no gasto dos recursos públicos para que se consiga realmente realizar um discurso fundamentado sobre segurança hídrica no país. O Sr. Julio (MMA), agradeceu a palestra e os esclarecimentos do Sr. Sergio (ANA) pela contribuição trazida para as discussões da CTAP e ressalta a importância dos diversos planos existentes hoje no país em relação à dificuldade e ao mesmo tempo da necessidade de se compatibilizar esses diversos documentos. O Sr. Sérgio fala também do entendimento entre ANA e MI de que se

faça o Plano Nacional de Segurança Hídrica e não mais o Plano Nacional de Infraestrutura Hídrica. O Presidente então abriu a palavra para a manifestação. O Sr. Enéas (CERH-PR) elogiou o esforço da ANA na figura do Sr. Sérgio e sua equipe e externa a sua satisfação com os dados alcançados pelo seu Estado e pergunta como andam as negociações sobre a incorporação do tema do saneamento às competências da ANA. O Sr. João Clímaco (Fonasc) também parabeniza o trabalho da agência e relembra o quadro conceitual sobre o conceito de segurança hídrica apresentado pelo Prof. Saito da UnB, palestrante convidado da reunião anterior, e menciona que, em seu entender, o conflito pela água é que expressa o conceito de segurança hídrica, mencionando o seu conhecimento sobre a situação de conflito no interior da Bahia que representa, em suas palavras, o conceito de segurança hídrica. Pede também que se esclareça a relação entre regime do corpo hídrico e segurança hídrica. O Dr. Demetrios Christofidis (SRHQ) pergunta sobre o plano de melhoria da qualidade após também parabenizar os resultados do trabalho. Pergunta se há estudo que relacione a qualidade como influência na disponibilidade quantitativa ou se há alguma bacia com plano progressivo no enquadramento ou experiência conhecida nesse sentido. E faz a relação com a prioridade 11 do PNRH e a meta 47 que fala da preservação e recuperação das águas nas cidades, reforçando o vínculo com o trabalho. O Sr. Sérgio (ANA) ressalta a relevância do trabalho quanto à sua metodologia e da própria construção conceitual, muito mais que pelo resultado alcançado até o momento. Esclarece que o trabalho traz componentes de caráter quantitativo e qualitativo e que se está construindo um indicador dos níveis de segurança hídrica, calibrando o modelo para que ele se ajuste a cada situação e que os eventos recentes trazem essa certeza de que ações e regras operacionais podem contribuir para elevar os níveis de segurança hídrica muito mais do que a simples ampliação da oferta. Pontuando que o trabalho está em andamento e que ele se compromete a trazer novas informações conforme avanços sejam alcançados. Respondendo ao Sr. Enéas (CERH-PR), o Sr. Sérgio Ayrimoraes expressa que não há até o momento, que seja de seu conhecimento, qualquer decisão sobre a questão do saneamento e o papel da ANA até o momento, mas apenas discussões quanto à possibilidade de que a agência venha a exercer uma supervisão regulatória. O Sr. Adilson (ABRH) parabeniza o trabalho e observa que há uma defasagem entre os dois atlas e que há a necessidade da integração entre os dois trabalhos, perguntando se há a intenção de atualização do Atlas de Abastecimento de Água. O Sr. Sérgio (ANA) responde que está em andamento esse trabalho. A Sra. Fátima (SRHQ) parabeniza a apresentação eficiente de tema tão complexo, e questiona que alguns projetos apresentados para a região do PISF foram apresentados antes da realização desses estudos e que o somatório do volume de água necessário para esses projetos pode já superar a disponibilidade hídrica da bacia, registrando a sua preocupação. O Sr. Alan (ANA) menciona que as áreas da ANA de regulação e emissão de outorga levam em conta os estudos e princípios em desenvolvimento nos estudos apresentados e realça ainda a situação da necessidade de desenvolvimento institucional na área de esgotamento sanitário na grande maioria do país. Fala ainda da Resolução de outorga de diluição que leva em conta essa situação e o Certoh que é o Certificado de Conformidade Ambiental das Obras de Infraestrutura Hídrica. A Srta. Cristiandrea (Fonasc) pergunta qual seria os níveis de segurança hídrica para os mais afetados e com base em qual país essa segurança hídrica poderia ser desenvolvida para o país, e também em que etapa essa segurança hídrica estaria e baseada em qual experiência. O Sr. Sérgio (ANA) explica que a o conceito vem sendo construído internacionalmente e que internamente estamos no Brasil tentando avançar, ele esclareceu novamente que o termo “alternativa” usado por ele fazia referência ao uso adequado e a melhor compreensão do que seja o estudo de alternativa. E que os níveis de segurança hídrica são os diferentes patamares que se deseja alcançar levando em conta os usos a que se referem. O Sr. Rogerio (ANA) também expõe a necessidade de que as ações de solicitação do Certoh sejam mais pró-ativas e menos reativas. O Sr. Julio agradeceu mais uma vez e passou ao próximo ponto da pauta, solicitando do Sr. Sérgio que identificasse questões importantes para a atuação do CNRH, seja como regulamentação ou por meio de moção de forma a poder contribuir. [Item 4 – Apresentação do GT de Análise do Relatório de](#)

Segurança de Barragens 2016 (RSB 2016), elaborado pela Agência Nacional de Águas.:

Passou-se à apresentação dos resultados do GT que analisou o Relatório de Segurança de Barragens, elaborado pela ANA anualmente. A análise foi realizada sobre o Relatório de 2016. O Presidente da CTAP resumiu os ritos e objetivos do G. A apresentação foi feita pelo Coordenador do GT, Sr. Cassio (MME) e foi feita a sugestão de que a ANA já pudesse providenciar a incorporação das proposições trazidas pelo GT para o aprimoramento do documento, se possível, em razão da proximidade do prazo de encaminhamento ao Congresso Nacional. A fala do Sr. Cassio (MME) teve início com um apanhado geral da motivação do RSB e da criação do GT e sua atuação. O Sr. João Clímaco (Fonasc) lembrou que o seu segmento fez solicitações no ano anterior e pergunta se essas solicitações foram observadas, o Sr. Cassio esclarece que houve grande contribuição do representante da Fonasc no GT. A seguir foram apresentadas as ações e etapas de trabalho do GT, registrando que todos os segmentos participaram embora nem todos os membros do GT tenham efetivamente encaminhado contribuições. Passou então à análise e posteriormente às recomendações. Evidenciou que o cadastro ainda é precário, apesar do aumento do número de barragens cadastradas, mas com falhas de informação em cerca de 81% dessas. Outro problema se refere à identificação do empreendedor que não ultrapassa 14%, diversos estados não declararam todas as barragens. Indicou-se também uma inadequação na transparência dessas informações para a sociedade. Outro problema são as barragens identificadas como usos múltiplos e que abarca um número muito elevado de situações distintas. O relatório e o sumário executivo devem ser melhor trabalhados de modo a permitir a compreensão clara do estágio de implementação da PNSB e o GT sugere que sejam desenvolvidos indicadores claros e séries históricas mais adequadas e claras, melhorando a transparência da informação. Deveria ser possível que certas informações pudessem ser evidenciadas obedecendo-se o recorte geográfico das unidades da federação e não apenas o nível nacional. Aponta ainda ao menos um ponto da Lei que causa dubiedade na interpretação e pode ser a causa da não informação sobre determinados empreendimentos por parte dos estados. Há recomendações sobre a melhoria das informações sobre as ações de fiscalização e o atendimento a itens das Resoluções CNRH em vigor. O GT avalia que não há informação sobre a última data de vistoria o que impede o acompanhamento mais efetivo da sociedade e não fornece a informação adequada. A avaliação de competências das equipes também precisa ser melhor definida, não bastando apenas a informação sobre horas de capacitação. O GT pede ainda que, uma vez indicada a inadequação ou insuficiência dos critérios definidos pelo CNRH, a ANA comunique ao Conselho de forma a incitar o aprimoramento das resoluções, atitude essa que fortaleceria o próprio Singreh. Faltam registros dos investimentos e da alocação desses recursos para que a análise possa ser adequada. Há necessidade de critérios técnicos para que haja a auditoria da ação dos fiscalizadores. O Coordenador do GT passou às recomendações direcionadas ao CNRH e à própria CTAP uma vez que o relatório ainda não atende plenamente ao que se espera. Conhecer os projetos de lei em tramitação, também indicam os membros do GT que conhecê-los e correlacioná-los aos dados do relatório é importante. Sugere-se ainda a articulação entre os diversos fiscalizadores e que o CNRH cobre o cumprimento da entrega dos PAEs e que as campanhas de divulgação das políticas sejam melhor observadas. Pode-se que o CNRH solicite à ANA a correção do relatório no que for possível, a imediata disponibilização de informações e apresente um cronograma para a implantação do Sistema e que se mantenha consonância dos critérios com a Resolução CNRH n.143, e comunique de imediato o CNRH quando detectadas oportunidades de melhoria dos critérios, e que continue as ações de capacitação e padronização das informações. Em relação aos próximos relatórios, solicita-se que seja possível avaliar o estágio de implementação da PNSB e disponibilize as séries históricas e um sumário executivo mais claro, além de um glossário. E reforça ainda a necessidade de melhorar a redação da Lei de Segurança de Barragens. Foram feitas as discussões sobre o relatório decidindo-se pelo seu encaminhamento ao CNRH acompanhado do Parecer. O Sr. João Clímaco solicitou que seja avaliada a discussão da situação do barramento de rejeitos conhecido como Casa de Pedra,

208 localizado no Rio Paraopebas e a discussão do Rio Doce, ponderada a necessidade de se
209 verificar a competência da CTAP para fazer demandas a um comitê estadual, ficou decidido
210 avaliar posteriormente essa questão. Item 5 – Informes sobre o encaminhamento referente ao
211 acompanhamento dos impactos da Usina de Foz do Chapecó na Região Turística do Salto do
212 Yucumã: o Sr. Joaquim Gondim, Superintendente da Agência Nacional de Águas deu a todos
213 os informes referentes ao andamento dos testes de vazão mencionados na reunião anterior e
214 necessários para a manifestação da ANA sobre a adequação da operação da UHE Foz do
215 Chapecó para a harmonização com o setor do Turismo, em especial para a recuperação das
216 condições de visibilidade do Salto Yucumã. Informou ainda sobre a manifestação do ONS, cuja
217 cópia foi enviada à Secretaria Executiva do CNRH, sobre a viabilidade das proposições
218 contidas na documentação técnica encaminhada pela ANA e que a preparação da minuta de
219 Resolução já estava em andamento devendo ser submetida em breve à Procuradoria Federal e
220 posteriormente à Diretoria Colegiada da ANA, para aprovação. O Sr. Julio Kettelhut (MMA)
221 certificou-se de que houve a manifestação e o acompanhamento de todos os envolvidos,
222 confirmando a informação o Sr. Joaquim Gondim (ANA) que recomendou ainda o
223 encaminhamento de correspondência para os interessados, a critério do CNRH, e reafirmou ser
224 esperada para breve a resolução do problema por meio de Resolução da Agência Nacional de
225 Águas. Item 6 – Apresentação "OFICINAS - 2016 Revisando a Segurança de Barragens"
226 (ABRH/ABES/SRHQ) - Rogério Menescal. O Dr. Rogério Menescal apresentou, a pedido da
227 representação da ABRH, os resultados da série de Oficinas realizadas em 2016, numa parceria
228 da ABRH, ABES e SRHQ como forma de subsidiar as ações do Grupo de Trabalho que está
229 em processo de retomada das suas atividades. O palestrante esclarece que o resumo a ser
230 apresentado é resultado das dez oficinas realizadas no cenário de 2016, que contou com a
231 coordenação da ABRH, em parceria com a ABES e a SRHQ, e foram realizadas em nove
232 estados e uma consolidação final realizada em Brasília. Mencionou os temas principais
233 mencionados pelos participantes das oficinas, que acabaram servindo também como
234 capacitação e nivelamento para diversos dos participantes, sendo eles principalmente:
235 responsabilidade do ente fiscalizador, implementação e operacionalização, classificação, tipos e
236 tamanhos, capacitação, seguros para barragens, sustentabilidade e financiamento do sistema,
237 evidenciando que os diversos assuntos são complexos e recorrentes desde a discussão do
238 projeto de lei que resultou no instrumento em vigor. Destacou ainda a proposta da criação de
239 um Fórum Nacional, a participação da sociedade e comunicação, sistema de informação de
240 segurança de barragem, fiscalização e governança, planos de ação de emergência e a integração
241 com as políticas de recursos hídricos e ambiental. A conclusão de todas as oficinas foi que a lei
242 já trouxe inúmeros avanços e que ainda é bastante recente, devendo-se ter cautela na
243 proposição de alterações sem que se tenha concluído a implementação e avaliação dos
244 mecanismos que ela trouxe. Foi também resultado das Oficinas a indicação sobre a necessidade
245 de financiamento para a manutenção dessas barragens, em especial aquelas em que a
246 responsabilidade ou propriedade não é conhecida e é de difícil levantamento, não sendo esse
247 um problema exclusivo do Brasil. Isso também remete ao problema da ausência de projeto e
248 informação para grande parte das barragens. As Oficinas também apontaram a necessidade da
249 compatibilização entre conceitos e termos usados nas Resoluções do CNRH em vigor com
250 aqueles utilizados na própria Lei. As oficinas indicam que o arcabouço legal e as penalidades
251 nele previstas aos empreendedores que não cumprem a legislação é suficiente mas encontra-se
252 dispersa, podendo ser um dos alvos do GT. Dentre as diversas questões pontuadas durante a
253 apresentação da palestra, destacou-se ainda a necessidade eventual de que houvesse uma
254 exigência mínima de competência para os profissionais envolvidos nesses projetos, destacando
255 que o sistema Confea/Crea não pactua com esse entendimento. Outro ponto destacado é que os
256 Planos de Ação de Emergência - PAEs não contemplem apenas os casos de rompimento, mas
257 também grandes eventos de cheias e que esses planos se coadunem com outros planos de
258 contingência e ação que existam para a área de influência desses empreendimentos. A questão
259 do seguro também se mostrou bastante polêmica e merece uma compreensão mais aprofundada

do tema para que se possa avançar na estruturação desse tema, não tendo sido possível, durante as oficinas, conseguir extrair o posicionamento das seguradoras quanto ao tema. Quanto às sanções administrativas e legais, também há a necessidade de prover os fiscalizadores de instrumentos de coerção mais apropriados, esclarecendo os limites da sua atuação, já sendo as infrações penais, cíveis e ambientais tratadas em legislações específicas, extrapolando a competência de atuação desses entes fiscalizadores e dificultando a sua atuação. Concluída a apresentação, abriu-se a palavra para a manifestação dos membros da CTAP. O Sr. João Clímaco (Fonasc) expõe a sua visão de que a dificuldade política é mais premente que as dificuldades financeiras e técnicas, e que o posicionamento do segmento que representa é que há uma faixa de empreendimentos que, a seu ver, possuem condições de arcar com os custos financeiros dos seguros de barragens e que sua ausência resulta em impunidade, como no caso da Samarco. O Sr. Cassio (MME) ressalta que o tema de seguro para barragens envolve não apenas os setores responsáveis por essas obras, mas exige o interesse das seguradoras na oferta desse serviço, e que talvez nem haja empresas nacionais com capital suficiente para que possam ofertar esse tipo de produto no mercado. O Sr. Alan (ANA) fala da experiência americana de seguro contra cheias e coloca a alternativa de que se solicitasse garantia financeira em especial para os empreendimentos que apresentem risco alto e dano potencial alto, o que é interessante para que se estimulem investimentos na prevenção e manutenção dessas estruturas, o que representa um mecanismo alternativo ao seguro. A Sra. Fatima (SRHQ) expõe a sua preocupação com a capacidade financeira dos empreendimentos, em especial de entes como o Dnocs e Codevasf, para que haja investimentos adequados na manutenção e readequação de estruturas. Lembrou ainda que o Dnocs procurou recentemente a CTCOB externando a sua necessidade de que parcela dos recursos da cobrança fosse aplicada nessas ações e pergunta quais outros mecanismos poderiam ser aplicados visando a sustentabilidade do sistema. O Sr. Wagner (AES/Abrage) externa visão do setor que representa sobre a propriedade da lei e que a alteração repentina em critérios e instrumentos que institui pode causar mais insegurança que melhorias no setor, sendo o processo proposto pela política nacional de segurança de barragens um processo de longo prazo que assim foi concebido. Coloca ainda que a Abrage se dispõe a contribuir com o processo e as discussões posto que detém conhecimento e expertise no tema e também entende que o CNRH é o foro adequado para a discussão do tema e que acredita ser pertinente avaliar inclusive a criação de uma câmara técnica específica para a discussão do tema. O Sr. Rogério Menescal (ANA) expõe algumas questões sobre repasses ao Dnocs e que se há falhas nos processos de repasse, isso deve ser melhor analisado por quem detém essa competência. Fala ainda sobre a questão de que se apresente as duas versões no caso de acidentes e que o projeto Legado propõe a criação de uma instituição nos moldes do Cenipa ou da Marinha que emitem laudos oficiais, em especiais nos casos em que existe a judicialização, o que exigiria recursos e capacidade técnica e operacional, além da isenção para a emissão de um documento dessa natureza. O Sr. Julio faz um último comentário sobre as barragens de usos múltiplos que não tenham seu dono identificado e que teriam como possibilidade a arrecadação de valores entre os diversos usuários pelo comitê de bacia que poderia ser destinado à manutenção e recuperação. Ressalta também que cobrança não pode ser confundida com imposto, sendo sua finalidade distinta, lembrando que esse assunto é de competência da CTCOB. A Sra. Fátima lembra ainda que o K2 aplicados a esses projetos é tarifa e não imposto e que seu posicionamento é pela manutenção da sustentabilidade financeira das infraestruturas hídricas. Encerrou-se as discussões passando ao próximo tema.

[Item 7 – Manifestação da CTAP sobre o Projeto Legado: Desafios e Propostas para a Gestão de Recursos Hídricos no Brasil.](#) Houve a rememoração, por parte de relatoria, sobre os encaminhamentos da câmara técnica para esse tema acordados na reunião anterior. Mencionou-se que diversos dos membros manifestaram-se favoráveis a um posicionamento da CTAP, e ainda que houve a participação do Presidente da CTAP em Oficina Organizada pela ANA envolvendo presidentes de câmaras técnicas e conselheiros do CNRH. Como houve a manifestação de membros pela consolidação do posicionamento da câmara, embora não tenham

sido recebidas as contribuições solicitadas, esse assunto retornou à pauta. O Sr. Julio (MMA) resumizou alguns pontos da Oficina, e ressaltou que a informação prestada pelos representantes do grupo que acompanha o projeto na sua apresentação na CTAP quanto aos encaminhamentos das propostas diverge daquele apresentado na Oficina. Dessa forma, ressalta não haver a clareza necessária sobre a forma de encaminhamento das proposições do documento. Deixou evidente que, julgando não haver tempo hábil para consolidar o posicionamento conjunto, cada membro poderia manifestar-se individualmente ou por meio das entidades que representam não sendo então encaminhada a proposição da CTAP, dada a proximidade da reunião da ABRH, quando se espera a consolidação final do documento. O Sr. Julio deixa clara a posição da SRHQ no que concerne à necessidade de que essas propostas fossem discutidas pelo CNRH, em respeito ao Sistema Nacional de Recursos Hídricos (Singreh), e à própria Lei 9.433/97. O Sr. Alan (ANA) esclarece que o entendimento da Agência é que, uma vez finalizado o documento, os encaminhamentos serão feitos a quem de direito, menciona ainda não fazer parte do grupo que internamente acompanha o projeto na ANA, atendo-se mais à discussão da proposta de alteração da Lei 12.334/2010. A representação do MMA então mais uma vez esclarece que o encaminhamento dessas proposições, ainda que destinadas ao Congresso Nacional ou outros entes externos ao Singreh, deveria ser realizado pelo CNRH até mesmo como forma de fortalecimento dessas proposições. Resolveu-se então, não havendo novas manifestações, aguardar as próximas etapas do processo de discussão e consolidação do Projeto Legado, que ainda estava em andamento. [Item 8 – Considerações sobre as ações da CTAP para o cumprimento das Metas do PNRH](#): Foi feito o informe sobre as metas, programas e ações previstas no PNRH com prazo até 2020 sendo que muitas delas estão atribuídas a algumas câmaras técnicas do CNRH, lembrando que não há nenhuma atribuída à CTAP especificamente. Embora não tenha havido indicação expressa no PNRH essa atribuição, na reunião anterior ficou acordado o encaminhamento de informação sobre o levantamento de ações em que se identifica preliminarmente a possibilidade de atuação e envolvimento da CTAP para receber a contribuição dos membros da câmara quanto à questão. O informe nesse momento é da ausência do recebimento dessas manifestações dos membros para que haja o ajuste das tabelas de acompanhamento das metas em que a CTAP tenha eventualmente competências, interesse ou responsabilidade específica. O prazo para o envio das contribuições dos membros da CTAP foi estendido em mais dez dias. [Item 9 – Assuntos Gerais / Encerramento](#). Não havendo outros assuntos a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a 81ª Reunião da CTAP. O Sr. Rogério Menescal informou que as inscrições para o 8º Fórum Mundial da Água já estão abertas e a Srta. Cristiandrea (Fonasc) informou a realização do Fórum Alternativo Mundial da Água com entrada franca também em Brasília, no mesmo período.

Ata aprovada durante a 82ª Reunião da CTAP, em xx de novembro de xxxx

JULIO KETTELHUT
Presidente

LILIANA PIMENTEL
Relatora